

Lei Complementar nº 096, de 10 de Maio de 2013.

“Altera dispositivos da Lei Complementar nº 087 de 28 de dezembro de 2012 e da Lei Complementar nº 072 de 24 de fevereiro de 2010 - Código Tributário Municipal, e dá outras providências”.

Autor: Poder Executivo

Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, notadamente a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. O artigo 266, da Lei Complementar nº. 072 de 24 de fevereiro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 266. A Taxa de Serviço de Coleta e Remoção de Lixo, fundada na utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte pela administração pública, postos à sua disposição, diretamente ou através de autorizados, de permissionários, de concessionários ou de contratados.

§1º. O fato gerador da Taxa de Serviço de Coleta e Remoção de Lixo, para o exercício de 2013 ocorrerá no dia 01 de julho, nos demais exercícios será no dia 01 de janeiro.

§2º. A Taxa de Serviço de Coleta e Remoção de lixo não incide onde os serviços não forem prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição pelo Município e incidirá sobre cada edificação beneficiada pelo serviço.

“ Art. 266-A – Os templos de qualquer culto e as entidades declaradas de Utilidade Públicas, ficam isentas do pagamento da Taxa de Serviço de Coleta e Remoção de Lixo.

“ Art. 266-B – Os imóveis industriais e comerciais que não utilizam o serviço de coleta e remoção de lixo, podem requerer à autoridade tributária, a isenção do pagamento da Taxa de Serviço de Coleta e Remoção do Lixo.

§3º- REVOGADO

Art. 2º. O artigo 268, da Lei Complementar nº. 072 de 24 de fevereiro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 268. A Taxa de Serviço de Coleta, Remoção e Destino Final do Lixo será calculada, para cada imóvel, através de rateio do custo total da respectiva atividade pública, considerando a edificação existente no imóvel e sua destinação, na forma determinada na Tabela a seguir:

*I- Imóveis residenciais:***TABELA****Imóveis residenciais**

EDIFICAÇÕES	VALOR ANUAL EM UFPP POR M²
01. Até 40 m²	Isento
01.01 - Acima de 40 m²	0,04
01.02 – Limita-se até 2000(dois mil) m² a cobrança da Taxa de Serviço de Coleta e remoção de Lixo.	

II- Imóveis comerciais, industriais em geral, siderúrgicas, frigoríficos, abatedouros, laticínios e derivados:

TABELA**Imóveis Comercial, industriais em geral, siderúrgicas, frigoríficos, abatedouros, laticínios e derivados.**

EDIFICAÇÕES	VALOR ANUAL EM UFPP POR M²
02. Edificação em geral	0,04
02.01 – Limita-se até 2000(dois mil) m² a cobrança da Taxa de Serviço de coleta e remoção de Lixo.	

III- REVOGADO”

Art. 3º. Nos casos em que resulte em diminuição do valor da Taxa de Serviço de Coleta e Remoção de lixo calculada e/ou lançada com base na Tabela fixada pela Lei Complementar n. 87/2012 que alterou a redação do art. 268 da Lei Complementar n. 72/2010, fica o Poder Executivo autorizado a:

I- Restituir o valor atualizado pelo IGPM-FGV da diferença apurada através da tabela anterior, fixada pela Lei Complementar n. 87/2012 e a tabela fixada por esta Lei Complementar, nos casos em que o sujeito passivo tenha efetuado o recolhimento da taxa em parcela única, ou antecipado o pagamento de todas as parcelas;

II- Proceder a compensação da diferença a menor apurada e/ou a dedução nas parcelas remanescentes nos casos em que o sujeito passivo não tenha procedido ao recolhimento total ou parcial da Taxa de Coleta e Remoção de Lixo.

§1º. A restituição e a compensação de que trata este artigo independe de requerimento do sujeito passivo.

§2º. Em não sendo procedida de ofício a restituição e/ou compensação, o sujeito passivo poderá solicitar à Fazenda Pública a restituição e/ou compensação dos valores apurados, através de formulário a ser fornecido pelo Setor de Tributos, anexando ao pedido cópia do comprovante de pagamento.

Art. 4º Fica revogado o parágrafo 3º do art. 266 e o inciso III do artigo 268, e demais disposições em contrário.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ponta Porã – MS, 10 de maio de 2013.

Ludimar Godoy Novais
Prefeito Municipal

Lei Complementar nº 097, de 10 de Maio de 2013.

Dispõe sobre a transformação da Coordenadoria de Meio Ambiente, prevista na Estrutura Básica da Secretaria Municipal de Governo, em Secretaria Municipal do Meio Ambiente, e cria cargos em comissão para atender a Estrutura Básica do Poder Executivo Municipal de Ponta Porã/MS, e dá outras providências.

Autor: Poder Executivo.

LUDIMAR GODOY NOVAIS, Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei Complementar:

Art.1º. Para atender às necessidades da nova composição da Estrutura Operacional do Poder Executivo Municipal de Ponta Porã/MS, cria cargos em comissão, conforme anexo I desta lei, para serem preenchidos de conformidade com a necessidade da

Administração e o limite prudencial previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

§1º. Os cargos em comissão existentes no Quadro Permanente do Poder Executivo Municipal de Ponta Porã/MS, atualizado até 10 de dezembro de 2012, ficam extintos, passando a nova composição da presente lei complementar.

§2º. As funções gratificadas previstas no Quadro VIII, anexo II desta lei, serão privativas de cargos efetivos, com o objetivo de chefiar os setores compostos na atual estrutura prevista na Lei N. 93 de 31 de janeiro de 2013, bem como os respectivos regulamentos.

§ 3º Fica proibido a contratação de pessoal por CLT. Exceto, em caso de extrema necessidade, após os trâmites legais.

Art. 2º. Durante o período de reorganização do Estatuto dos Servidores e do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura Municipal, para a composição da tabela salarial do Quadro Permanente Comissionado, o salário para os cargos criados através desta lei serão compostos por duas rubricas, salário base e encargos especiais. Os encargos especiais deverão ser regulamentados pelo chefe do executivo, no percentual, de acordo com as atribuições de cada cargo e de conformidade com a tabela prevista na Lei N. 93 de 31 de janeiro de 2013.

Art. 3º. Para atender a legislação específica do Meio Ambiente transforma a Coordenadoria de Meio Ambiente prevista na Estrutura da Secretaria de Governo e Relações Institucionais em Secretaria Municipal do Meio Ambiente do Município de Ponta Porã/MS, conforme Anexo III desta lei.

Art.4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ponta Porã – MS, 10 de maio de 2013.

Ludimar Godoy Novais
Prefeito Municipal